

O CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL DO VALE DO PARAÍBA

ANDERSON ANTONIO CORREA DA SILVA (Mestrando do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté), Taubaté-SP, Brasil. E-mail: anderson.acs2006@yahoo.com.br

EDSON TRAJANO VIEIRA (Professor Doutor em História Econômica (USP), docente pesquisador do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, Taubaté-SP, Brasil. E-mail: trajano@unitau.br)

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir fatores associados na avaliação do desenvolvimento econômico regional e análise de conjunto histórico e de suas relações que caracterizam a industrialização no contexto do Vale do Paraíba. O método utilizado na elaboração deste artigo foi uma pesquisa histórica da trajetória no desenvolvimento do Vale do Paraíba. Foi apresentada uma análise estatística do IDH, PIB *per capita* e população dos municípios da RMVP (Região Metropolitana do Vale do Paraíba), onde os resultados mostram e apresentam as diferenças e desigualdades socioeconômicas que estão diretamente ligadas ao desenvolvimento humano e ao crescimento econômico, podendo influenciar no desenvolvimento regional. E sua análise permitiu a conclusão de que a industrialização no Vale do Paraíba reproduziu com efetivação as discrepâncias sociais na modernização do país, submetendo suas características com a divisão do trabalho internacional nos pós Segunda Guerra Mundial e juntamente em conjuntura com a Guerra Fria.

Palavras-chave: Crescimento. Desenvolvimento. Industrialização. planejamento.

Introdução

Na discussão de avaliação de desenvolvimento econômico foi fundamental compreender o impacto na organização de um sistema produtivo e na reprodução de uma sociedade contemporânea, na sua pluralidade e dinamismo e de constituição territorial e também do social. Com a reação das consequências econômicas da crise de 1929 e da política norte-americana do pós Segunda Guerra Mundial e na recuperação de países da Europa, e com o objetivo em combater a propagação do comunismo, elevando a discussão do desenvolvimento econômico no centro internacional da política.

O contexto político que a Guerra Fria promoveu e colaborou para o desenvolvimento e como consequência das políticas sociais e econômicas sucedidas. O capitalismo e o comunismo, que foram respectivamente os sistemas econômico e político das superpotências no conflito, os Estados Unidos e a União Soviética, que

disputavam para impor o sistema de economia que adotavam e qual era o melhor em sanar as necessidades das pessoas.

O capitalismo e o comunismo estavam em busca de evidências dos benefícios de desenvolvimento do sistema econômico em que defendiam, e contrapondo com as limitações: materiais, políticas e culturais do que criticavam. Esses debates perpassaram para alguns estudos acadêmicos e foram dedicados na avaliação de um contexto econômico e as implicações das sociedades e sua trajetória.

Na definição do desenvolvimento que é historicamente dependente de peculiaridades da sociedade no seu contexto histórico. Concebe-se como desenvolvimento de países capitalistas que difere de países socialistas. Cada sociedade, internamente, e a delimitação do desenvolvimento está atrelada as experiências relacionadas à classe social, e também as referências religiosas e culturais. O desenvolvimento que se aproxima da noção do progresso de uma linear sucessão na direção e comparação entre presente e passado. Na concepção do desenvolvimento atrelado aos conceitos econômicos limitou-se apenas a investigação, o que tange a política pública com segmento social percebido.

Nas observações anteriores justifica-se com a descoberta do Estado brasileiro e de seu desenvolvimento regional no Vale do Paraíba. Com um emprego de princípios econômicos e os dados relativos do crescimento na economia regional, principalmente a serviço da industrialização e não foram suficientes na caracterização como hiato nas poucas décadas que o Vale do Paraíba se tornou umas das mais importantes regiões do país, devido às atividades industriais.

Revisão da Literatura

A história econômica no capitalismo, e o seu desenvolvimento econômico sempre esteve associado à industrialização. Nos países que foram responsáveis em promover a Primeira e a Segunda Revolução Industrial: onde a Inglaterra, Estados Unidos e a França são considerados países desenvolvidos. A industrialização também se tornou o caminho e alvo dos países, que foram alcançar um parâmetro e determinar um sentido para o desenvolvimento pautado no parque industrial mais avançado e o domínio de inovações tecnológicas.

Já no século XX o Brasil também se destacou entre as nações que também buscaram esse desenvolvimento econômico partindo da industrialização, igualando os parâmetros do desenvolvimento estabelecidos pelos países: Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Itália, Japão e Estados Unidos, que estavam na vanguarda capitalista do sistema do século XIX. A industrialização em muitas nações como o Brasil, ocorreu dentro do século XX. E com isso, no Brasil o capitalismo industrialista foi instalado como foi nos países mais desenvolvidos. Desta maneira, a indústria ficou incompleta e restringida com a falta do dinamismo nos setores como bens de capital (MELLO, 1998).

Neste cenário a reversão implica a aceitação de um planejamento e do desenvolvimento da economia como um antídoto na concentração espacial das atividades de economias e também na renda derivada. E alcançar um maior equilíbrio nesse cenário entre as muitas regiões, foi necessária uma participação ativa nas políticas governamentais em determinadas áreas que foram prioritárias para a aplicação. De acordo com as conduções políticas keynesianas, o Estado também tem um papel como agente regulador nos desequilíbrios regionais, com um capital privado

em uma lógica mais capitalista, busca maximizar o lucro em áreas bem mais desenvolvidas.

O dinamismo industrial no capitalismo que está associado ao progresso, e no processo da exploração na classe trabalhadora. A primeira revolução industrial, com o capitalismo moderno, a extração é realizada através do processo de produzir e foi também do processo da comercialização. Com a distribuição nos ganhos de produção, passou a ser o centro de debate político/econômico no capitalismo, destacando Marx demais seguidores. O capitalista poderá intensificar sua produção mesmo sem necessidade em expandir o número dos empregos. E com o ato de evoluir do capitalismo, construir uma fábrica moderna tinha como característica a apropriação da classe empresarial e capitalista, de atelier aos instrumentos, das matérias-primas a fontes energéticas (WEBER, 2006).

Com um amadurecimento no capitalismo da produção fabril e as novas técnicas permitiram uma boa redução de preços, e na expansão no consumo, e também intensificou muitas relações de substituição das classes sociais: capitalistas (através de meios da produção) e trabalhadores (força do trabalho).

Na expansão da indústria de têxteis na Inglaterra no século XVIII, mostrando sua importância no mercado externo com o da expansão das manufaturas e seu consumo (ARRUDA, 1996). Com as mudanças econômicas da Inglaterra e com a estabilização do capitalismo, foi resultado dessa expansão no mercado mundial, a inovação técnica da transformação da produção. Na revolução industrial, também permitiu que os ingleses liderassem a economia mundial, e a consolidar o capitalismo moderno, resultando no processo da transformação tecnológica na expansão de fronteiras econômicas. Este processo na transformação foi seguido por alguns conflitos internos, e os operários ingleses continuaram pobres.

Em meados do final do século XIX, o capitalismo começou a esgotar sua capacidade em manter seu crescimento econômico baseado em mercado interno, e em países centrais passaram a adotar políticas protecionistas de extensão interna e de uma exploração externa, relacionados com a troca desigual nos países mais periféricos (REZENDE FILHO, 1991). Essa adoção de política das trocas diferentes possibilitou que os países mais industrializados a ter o mercado mais vigoroso, e sustentado por trabalho assalariado, e com detrimento de extração do excedente externo.

O capitalismo também foi historicamente marcado por dupla extração do excedente, dá mais valia no proceder de produção e no lucro do processo da comercialização, encontrando um terreno fértil da evolução no capitalismo inglês. Na expansão dos produtos manufaturados no mercado mundial, os capitalistas da Inglaterra passaram a depender com menos intensidade do mercado interno na obtenção do lucro. Com a falta do emprego e com a redução de renda interna na classe de operários, não foram empecilhos no aumento da produção, que poderiam também ser compensados pelas vendas externas.

Com a aplicação de teorias, como o das vantagens competitivas (especialização produtiva), que foi defendida através de David Ricardo, da Inglaterra; e foi ampliada em países de domínio inglês, aumentando a dependência na periferia em contexto à metrópole, e os preços de produtos exportados por países periféricos foram definidos pela metrópole, o mesmo acontecia com os valores dos demais produtos industrializados. A oligarquia cafeeira teve seu domínio político relacionado com uma elite estrangeira, o que foi alguns dos motivos em que justificou no atraso

do processo do crescimento industrial e do desenvolvimento abaixo do normal brasileiro (VIEIRA, 2009).

O crescimento industrial também possibilitou uma maior disponibilidade em bens e dos serviços, principalmente com uma diminuição nos preços e que veio junto com o aumento da produção. A acumulação espacial de renda (países/regiões distintas de um país) a sua acumulação funcional (capitalistas que exploravam trabalhadores) não foram suficientes em determinar o crescimento, seja necessariamente acompanhado pelo desenvolvimento da economia. (VIEIRA, 2009).

A desigualdade na renda tem um problema acentuado, que depois da Segunda Guerra Mundial, foi um período muito elevado no crescimento da economia industrial, e não poderia apresentar um estudo de maneira isolada, apenas como uma mera discussão técnica (PEREIRA, 1977). A distribuição de rendimento do Brasil tem seu significado como um problema na economia política, e que poderá ser entendido partindo de um estudo de formação de classes sociais, e da estrutura de uma reunião do poder político e de formas de inserir na economia brasileira conforme a separação internacional do trabalho. Esta análise histórica demonstra uma formação da economia e da política brasileira que foi herdada lá da fase colonial e com uma existência na oligarquia da economia e que foi politicamente mais forte e também historicamente com um desejo em copiar padrões e os hábitos de consumação e os diversos padrões de vivência da metrópole, o que explica um desperdício dos recursos e a debilidade da acumulação do capital, o que torna uma presa muito fácil do capital estrangeiro.

De acordo com os modelos de estágio do desenvolvimento que foi sugerido por Rostow (1974), a acumulação de renda consistiu em uma etapa ao alcançar um desenvolvimento. Com o avanço do crescimento dos novos setores da indústria foi muito essencial com essa transformação econômica. E no crescimento desses demais setores, e as novas funções na produção da alta produtividade, tende a uma elevação no volume de produção por pessoa; colocando renda em mãos das pessoas que não se limitará na atividade altamente produtiva; estabelecendo uma cadeia que procura uma efetiva dos produtos manufaturados. Assim o processo no crescimento da economia e da indústria torna-se uma etapa em busca pelo desenvolvimento da economia e na concentração da renda, que seria capaz em promover investimentos dos setores e assim modernizando-os, e consequentemente o desenvolvimento da economia. Continuando seguindo o pensamento de Rostow, o Brasil se destaca na política econômica que foi adotada no decênio de 1960, e que privilegiou os demais investimentos industriais, o que resultou na Belíndia.

Um outro problema é o da divisão de renda pela autoridade política do que da economia. Já a diferença de renda é uma consequência de decisões na alocação social de fatores da produção e também do sistema econômico (VAZ, 2005). E todo esse conjunto de produção pode definir o como irá produzir, para quem, e como produzir. No capitalismo as decisões também são dirigidas por demanda da renda e decisões políticas, e mais a distribuição de recursos que pode depender diretamente de uma estrutura do poder.

Método

Na industrialização do Vale do Paraíba teve uma correlação direta com um desenvolvimento tardio do capitalismo no Brasil. Todos os países envolvidos na industrialização no período do século XIX contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo. O Brasil começou a industrializar-se a partir do século XX, que trouxe

algumas dificuldades na economia. Para Mello (1998) com o tardio capitalismo brasileiro implicou-se em uma atividade industrial incompleta e restrita, principalmente na dificuldade na produção dos bens do capital no país.

O Estado de São Paulo no período de sua industrialização adquiriu-se uma posição mais elevada. Em 1888, com a abolição da escravidão, ou seja, substituiu o trabalho do escravo pelo trabalho assalariado, e com o incentivo da imigração dos europeus, o que favoreceu a efetivação industrial no Estado. Com a elevação do trabalho assalariado, possibilitou uma ampliação na produção de manufatura no consumo interno. Um outro aspecto que foi fundamental na expansão da indústria é a disponibilidade do capital na atividade cafeeira, revertido na indústria (DEAN, 1971).

Durante a primeira metade do século XX, foi presenciado um fortalecimento industrial paulista. Onde a política da substituição das importações foi efetiva no período da Primeira Guerra Mundial, e que foi um estímulo à produção interna e o consumo nacional, foi à estratégia para superar a crise financeira de 1929, na modernização de setores da produção dos bens do capital no período da década de 1950, que promoveu uma concentração dos recursos industriais no município de São Paulo, que contribuiu na ampliação da atividade econômica do interior paulista. (VIEIRA, 2009).

A atividade industrial teve um dinamismo econômico muito grande e presente na capital paulista. Vieira e Santos (2012, p. 165) descreveram que as condições onde permitiu que a expansão da atividade industrial no interior paulista:

O deslocamento industrial também foi influenciado fortemente com estímulos governamentais, onde podemos destacar a construção de refinarias de petróleo, nos municípios de São José dos Campos e Paulínia, com o programa do álcool, e o crescimento da indústria eletrônica com o subsídio do Estado, com a melhoria da duplicação das estradas importantes. E na expansão da malha rodoviária paulista que buscou ligar as áreas mais produtivas do estado, o que reduziu os custos do transporte e também da matéria-prima nas fábricas.

Com as condições descritas acima resultaram na convergência de algumas iniciativas políticas. Que no âmbito de ações que concerne ao governo do Estado de São Paulo, buscou reverter possíveis prejuízos que resultou em deseconomia em uma escala inerente com o fortalecimento e o crescimento da capital do Estado. E na elevação de custos relacionados com transporte, a poluição, com a expansão de malha urbana e também da população e que poderiam assim retirar do Estado o seu dinamismo o que tornou apto na concentração da atividade industrial no Brasil.

O governo do Estado para evitar uma perda dos investimentos, passou a estimular a expansão da industrialização das regiões que compõe a região metropolitana da capital. No Vale do Paraíba, e com iniciativa do governo encontrou-se corresponder a realização dos investimentos federais o que potencializou uma atratividade para a região. Foram criados centros de tecnologia como o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Centro Aeroespacial (CTA), assim como a instalação das empresas estatais como foi o caso da Petrobras e a Embraer (VIEIRA, 2009).

Figura 1 – Aeronave da Embraer



Fonte: EMBRAER – Imagem de divulgação – Aeronave da Embraer.

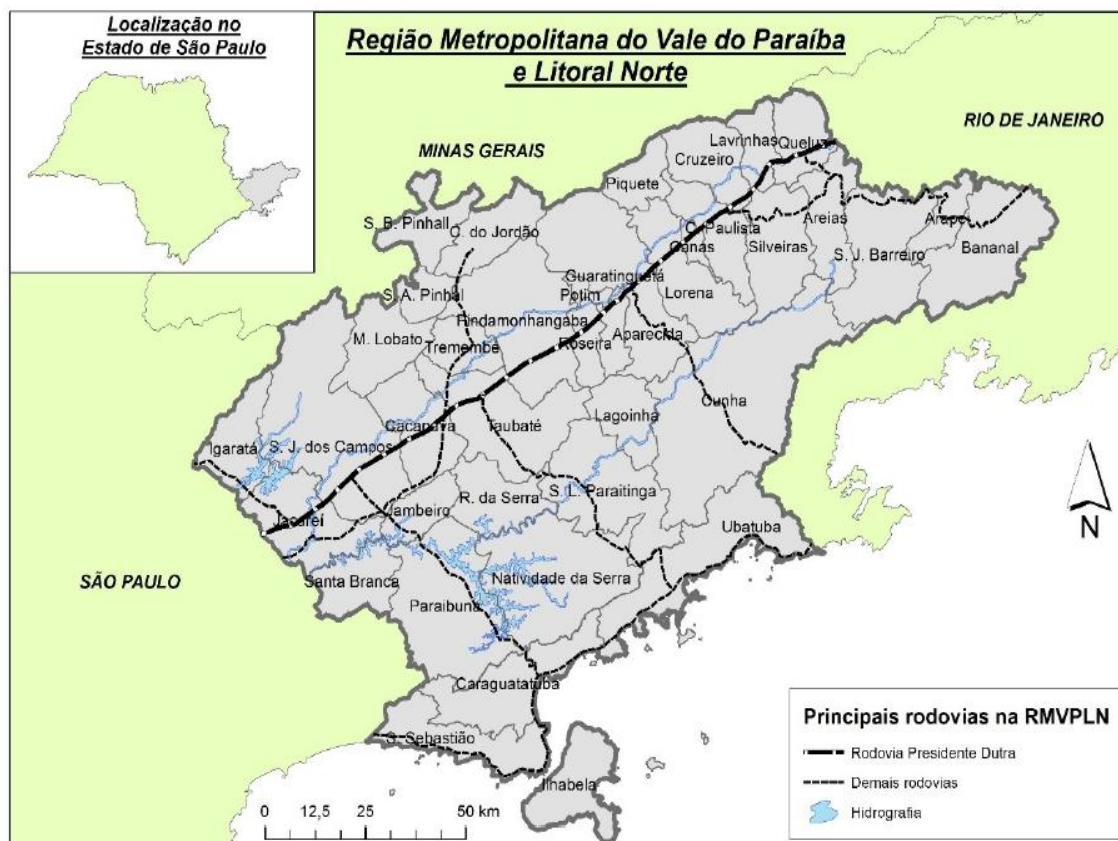
Antes de iniciar a Ditadura Militar em 1964 foi instalado o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, (ITA) no município de São José dos Campos em 1950, que teve a intenção em iniciar o desenvolvimento militar com a produção do conhecimento. Na década de 1930, teve a reformulação da doutrina militar, o que correspondeu na busca pelas Forças Armadas em enfrentar as lides militares do século XX, principalmente para subsidiar as atividades bélica dentro de uma economia industrializada.

Na convergência das ações entre governo federal /estadual na industrialização no Vale do Paraíba decorreu de uma localização privilegiada da região, que está entre as duas cidades mais importantes do país, São Paulo e Rio de Janeiro, o que favoreceu uma implantação em projetos industriais na preocupação com a geografia local. Na década de 1950, investimentos significativos ocorreram no Vale do Paraíba, onde se concentram as duas cidades: Taubaté e São José dos Campos. Que no período do milagre econômico brasileiro (1968-1974), São José dos Campos ganhou destaque na região. Jacareí e Taubaté foram às cidades que apresentaram condições iguais às de São José dos Campos no acesso a mercados como São Paulo e Rio de Janeiro. A prefeitura municipal de São José dos Campos concedeu vantagens fiscais às indústrias que interessaram em instalar-se no Vale do Paraíba, e foram decisivas na liderança do cenário regional.

O Vale do Paraíba caracterizou um dinamismo econômico após a segunda metade do século XX, o que não deu resultado em um desenvolvimento homogêneo. O crescimento econômico infelizmente contemplou poucas cidades, principalmente as que estão margeadas à Rodovia Presidente Dutra, que é a principal ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro. Essa dinâmica provocou uma elevação no fluxo migratório nas cidades mais pobres na direção aos polos de desenvolvimento no Vale do Paraíba, tornando esses problemas regionais socioeconômicos mais agudos. Os principais municípios do Vale do Paraíba tiveram uma reprodução das atividades industriais e dos problemas urbanos presentes e iguais ao da metrópole paulista. Já nos municípios pequenos os efeitos positivos na industrialização foram bem escassos

comparando com a perda significativa de parte do contingente dos trabalhadores jovens que foram atraídos para polos regionais como os de Taubaté e São José dos Campos. Nos pequenos municípios do Vale do Paraíba as economias permanecem limitadas as atividades de subsistência (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Figura 2 - Localização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte



Fonte: IBGE (2010); DENIT (2013).

Com o alcance e o desenvolvimento econômico, e consequentemente o bem estar da população, não se alcança somente através da elevação e produtividade econômica, como se acreditava que ocorria na segunda metade do século XX, no Brasil. O crescimento econômico e também a industrialização foram entendidos como sinônimos de desenvolvimento econômico. Essa percepção persistiu contemporaneamente:

Nos termos de crescimento e do desenvolvimento econômico são utilizados frequência em estudos acadêmicos de muitas áreas do conhecimento como: história, geografia, e a economia. Também é bem comum na mídia política, principalmente em discursos dos candidatos que almejam cargos eletivos. Com esse prisma, o conceito do desenvolvimento pode vir a ser oposto à ideia do progresso econômico, mas seu objetivo é bem mais que oferta de bens/serviços que resultam do aumento da produtividade. (VIEIRA & SANTOS, 2012, p. 347-348).

Arrighi (1997) demonstrou que no modelo do desenvolvimento predominante, vinculou-se com desempenho econômico que foi experimentado por alguns países de vanguarda capitalista, que foram considerados como centrais no cenário econômico/político internacional, como foi o caso dos Estados Unidos, de países da Europa Ocidental que fazem parte da União Europeia e também o Japão. Para Arrighi, esse abismo econômico/tecnológico entre esses estados, produz barreira quase intransponível, a essa inovação tecnológica fundamenta uma modernidade capitalista que pode ser exercida de maneira monopolista por estados que controla a riqueza material, como também a geração do conhecimento, da tecnologia e da inovação, que são fatores que podem favorecer a liderança das economias que estão sobre a vanguarda do capitalismo desde a época da revolução industrial.

Durante o período da segunda metade do século XX, a industrialização do Vale do Paraíba correlacionou com um cenário de avaliação pertinente na adoção de um referencial histórico, geográfico e econômico para sua compreensão e contextualização na modernização conservadora brasileira. No Vale do Paraíba, esse processo da industrialização evidenciou que na produção de um espaço capitalista é histórica e geograficamente localizada, especialmente em concentração de riqueza e nas dimensões espacial, funcional e social.

Harvey (2011) indicou que na circulação de capital é um mecanismo fundamental na reprodução do capitalismo, e tem demonstrado os desequilíbrios de um sistema capitalista, particularmente em crises econômicas, que são sintomas de limites que são inerentes a cada uma das fases da expansão do capital. De acordo com Harvey na reprodução do capital e a consequência de ambiguidade associada com o caráter cíclico de crises econômicas capitalistas.

Na meta do desenvolvimento econômico tornou-se mais complexa na virtude da percepção do alcance que não depende somente de um crescimento quantitativo de riqueza. Na incorporação dos outros indicadores, aponta-se que no desenvolvimento e antes de qualquer definição econômica e produtiva, é um resultado de condição política. É falsa essa percepção que evidencia na oposição simplista entre o desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Um último termo que não poderia ser somente entendido em relação às desvantagens materiais e tecnológicas de países periféricos comparando aos países de vanguarda capitalista. Desta maneira, é compreensivo as nuances do desenvolvimento regional sem assim excluí-lo do contexto político ou econômico mais amplo que nas regiões que estão inseridas, principalmente as do Vale do Paraíba, foram também submetidas a expressivo processo de industrialização.

Resultados e Discussão

Quadro 1 – Indicadores da RMVP – População

Município	Sub-região	População 1991	População 2000	População 2010	% Cres
Caçapava	1	67.074	76.130	84.752	7598533,3%
Igaratá	1	6.482	8.292	8.831	786833,3%
Jacareí	1	168.129	191.291	211.214	19021133,3%
Jambeiro	1	3.309	3.992	5.349	421666,7%
Monteiro Lobato	1	3.436	3.615	4.120	372366,7%
Paraibuna	1	14.989	17.009	17.388	1646200,0%
Santa Branca	1	10.480	13.010	13.763	1241766,7%
São José dos Campos	1	455.773	539.313	629.921	54166900,0%
					0,0%
Campos do Jordão	2	38.276	64.550	68.863	5722966,7%
Lagoinha	2	4.671	4.957	4.841	482300,0%
Natividade da Serra	2	6.403	6.952	6.678	667766,7%
Pindamonhangaba	2	104.823	126.026	146.995	12594800,0%
Redenção da Serra	2	4.008	4.047	3.873	397600,0%
Santo Antônio do Pinhal	2	5.362	6.328	6.486	605866,7%
São Bento do Sapucaí	2	8.628	10.355	10.468	981700,0%
São Luís do Paraitinga	2	9.905	10.429	10.397	1024366,7%
Taubaté	2	209.726	244.165	278.686	24419233,3%
Tremembé	2	28.431	34.823	40.984	3474600,0%
					0,0%
Aparecida	3	33.639	34.904	35.007	3451666,7%
Cachoeira Paulista	3	23.300	27.205	30.091	2686533,3%
Canas	3	0	3.614	4.385	266633,3%
Cunha	3	23.599	23.090	21.866	2285166,7%
Guaratinguetá	3	93.642	104.219	112.072	10331100,0%
Lorena	3	74.482	77.990	82.537	7833633,3%
Piquete	3	14.867	15.200	14.107	1472466,7%
Potim	3	9.889	13.605	19.397	1429700,0%
Roseira	3	6.283	8.577	9.599	815300,0%
					0,0%
Arapeí	4	2.309	2.618	2.493	247333,3%
Areias	4	3.246	3.600	3.696	351400,0%
Bananal	4	9.134	9.713	10.223	969000,0%
Cruzeiro	4	69.802	73.492	77.039	7344433,3%
Lavrinhas	4	4.761	6.008	6.590	578633,3%
Queluz	4	7.747	9.112	11.309	938933,3%
São José do Barreiro	4	3.886	4.143	4.077	403533,3%
Silveiras	4	4.994	5.378	5.792	538800,0%
					0,0%
Caraguatatuba	5	54.694	224.656	281.779	18704300,0%
Ilhabela	5	13.955	20.836	28.196	2099566,7%
São Sebastião	5	34.816	58.038	73.942	5559866,7%
Ubatuba	5	48.875	66.861	78.801	6484566,7%

Fonte: IBGE 2022.

Os 39 municípios estão representados através das 5 regiões geográficas. A divisão da Região Metropolitana do Vale do Paraíba em regiões geográficas é apresentada na tabela acima. Essa divisão é de acordo com o IBGE, que atende aos critérios de similaridade e homogeneidade. (VIEIRA, 2009).

Tabela 2 – Indicadores da RMVP – Produto Interno Bruto – Per Capita (PIB)

Município	Sub-região	PIB 2011	PIB 2015	PIB 2019	% Cresc
Caçapava	1	37.093	36.467	42.876	3881217,00%
Igaratá	1	12.935,01	17.388,52	21.953,32	1742561,67%
Jacareí	1	34.424	43.943	57.184	4518366,67%
Jambeiro	1	41.548	45.303	38.568	4180645,67%
Monteiro Lobato	1	9.354	12.142	13.995	1183064,00%
Paraibuna	1	11.599	14.040	16.255	1396465,67%
Santa Branca	1	17.942	17.349	17.749	1767991,33%
São José dos Campos	1	40.069	49.215	60.195	4982634,00%
					0,00%
Campos do Jordão	2	15.814	22.455	25.312	2119381,00%
Lagoinha	2	7.421	10.985	12.644	1034998,67%
Natividade da Serra	2	7.484	9.398	11.048	931020,00%
Pindamonhangaba	2	30.378	41.123	50.325	4060887,00%
Redenção da Serra	2	8.860	13.069	14.369	1209930,67%
Santo Antônio do Pinhal	2	9.509	13.532	17.552	1353086,00%
São Bento do Sapucaí	2	11.051	15.909	19.642	1553393,67%
São Luís do Paraitinga	2	9.266	13.250	15.911	1280888,00%
Taubaté	2	46.655	47.329	58.291	5075841,67%
Tremembé	2	11.344	13.839	15.575	1358615,00%
					0,00%
Aparecida	3	16.879	27.731	31.641	2541725,67%
Cachoeira Paulista	3	11.342	16.646	18.545	1551121,00%
Canas	3	15.343	31.534	20.956	2261060,00%
Cunha	3	5.572	8.933	12.294	893288,33%
Guaratinguetá	3	27.473	35.237	53.274	3866146,67%
Lorena	3	17.365	23.596	32.005	2432187,67%
Piquete	3	7.478	9.880	12.126	982783,33%
Potim	3	6.227	7.956	9.548	791027,00%
Roseira	3	21.525	25.009	27.974	2483617,00%
					0,00%
Arapeí	4	8.354	9.636	13.771	1058711,33%
Areias	4	6.849	9.580	11.917	944891,33%
Bananal	4	12.011	18.287	16.614	1563729,00%
Cruzeiro	4	21.299	23.832	28.945	2469196,00%
Lavrinhas	4	12.417	13.919	14.242	1352588,67%
Queluz	4	11.110	16.868	25.217	1773170,33%
São José do Barreiro	4	8.746	10.722	12.216	1056131,33%
Silveiras	4	6.713	9.787	12.078	952596,33%
					0,00%
Caraguatatuba	5	17.851	24.075	33.193	2503978,33%
Ilhabela	5	28.843	225.679	428.020	22751434,67%
São Sebastião	5	56.409	41.075	40.181	4588847,00%
Ubatuba	5	13.083	19.848	26.241	1972413,33%

Fonte: IBGE, 2022.

Na tabela 2, refere-se ao Produto Interno Bruto (PIB), e os dados foram extraídos do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como fonte o Censo Demográfico do IBGE.

Criado pelo economista e estatístico americano Simon Smith Kuznets, o Produto Interno Bruto, esboçou suas principais características do moderno crescimento econômico, por suas interpretações empíricas, levando a novas e aprofundadas percepções da estrutura econômica e social, baseados nos resultados de base quantitativa e de muitos e variados estudos em diversos países desenvolvidos, contribuindo na transformação da economia em ciência empírica e também na formação da história econômica quantitativa (ABRAMOVITZ, 1986; KUZNETS, 1972).

Sendo o principal indicador do crescimento econômico, o PIB tem por objetivo mensurar o quanto rica economicamente é a nação (cidade, região, estado, país, ou grupo de nações). Foi modernizado em 1937 pelo britânico Richard Stone e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que difundiu este conceito pelo mundo (CZIMIKOSKI, 2015).

No cálculo do PIB contém a soma de todos os bens e serviços produzidos por uma determinada região, indústria e serviços e agropecuária. Já o PIB Per Capita (por pessoa) dos municípios é a divisão do PIB por sua população (número por habitantes), (NAIME *et al.*, 2013).

Tabela 3 – Indicadores da RMVP – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Município	Sub-região	IDH 1991	IDH 2000	IDH 2010
Caçapava	1	0,542	0,694	0,788
Igaratá	1	0,427	0,603	0,711
Jacareí	1	0,547	0,7	0,777
Jambeiro	1	0,457	0,645	0,756
Monteiro Lobato	1	0,466	0,613	0,71
Paraibuna	1	0,418	0,623	0,719
Santa Branca	1	0,5	0,657	0,735
São José dos Campos	1	0,607	0,739	0,807
Campos do Jordão	2	0,507	0,653	0,749
Lagoinha	2	0,428	0,583	0,693
Natividade da Serra	2	0,353	0,497	0,655
Pindamonhangaba	2	0,549	0,694	0,773
Redenção da Serra	2	0,402	0,552	0,657
Santo Antônio do Pinhal	2	0,442	0,616	0,706
São Bento do Sapucaí	2	0,467	0,601	0,72
São Luís do Paraitinga	2	0,457	0,575	0,697
Taubaté	2	0,6	0,734	0,8
Tremembé	2	0,563	0,705	0,785
Aparecida	3	0,569	0,689	0,755
Cachoeira Paulista	3	0,553	0,676	0,764
Canas	3	0,406	0,577	0,704
Cunha	3	0,39	0,543	0,684
Guaratinguetá	3	0,598	0,718	0,798
Lorena	3	0,591	0,699	0,766
Piquete	3	0,563	0,69	0,757
Potim	3	0,461	0,6	0,697
Roseira	3	0,485	0,642	0,737
Arapeí	4	0,373	0,594	0,68
Areias	4	0,418	0,6	0,697
Bananal	4	0,456	0,632	0,733
Cruzeiro	4	0,556	0,704	0,788
Lavrinhas	4	0,474	0,618	0,729
Queluz	4	0,448	0,615	0,722
São José do Barreiro	4	0,405	0,614	0,684
Silveiras	4	0,419	0,574	0,678
Caraguatatuba	5	0,519	0,685	0,759
Ilhabela	5	0,505	0,658	0,756
São Sebastião	5	0,52	0,663	0,772
Ubatuba	5	0,518	0,633	0,751

Fonte: IBGE, 2022.

Na tabela 3 acima, as informações do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foram extraídos do banco de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas (ONU), do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e sendo processado pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, e como fonte o Censo Demográfico do IBGE, de periodicidade decenal, utilizando os dados mais recentes disponibilizados pelo órgão para consulta.

Criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e com a colaboração do filósofo indiano Amartya Kumar Sen, Prêmio Nobel de Economia em 1988. E a abordagem do desenvolvimento humano, que foi desenvolvida pelo Mahbub, que está ancorada no trabalho de Amartya Sen sobre as capacidades humanas, onde os termos “ser” e “fazer” as coisas desejáveis na vida, considerado uma alternativa ao PIB, que tem o propósito em medir o crescimento econômico, mas não como medida de bem-estar. (OUTREACH, 2015: PNUD, 2019).

Segundo PNUD (2019), o IDH “mede o progresso da nação partindo de três dimensões: saúde, educação e renda”. Em 2013, o PNUD, o IPEA e a Fundação João Pinheiro iniciaram o cálculo do IDHM, um índice composto pela longevidade, educação e renda, com o objetivo de “agregar três das dimensões mais importantes do desenvolvimento humano: a oportunidade para viver uma vida mais longa e saudável, tendo acesso ao conhecimento e tendo um padrão de vida que garantirá as necessidades básicas”.

O IDHM utiliza para cálculo final a média geométrica da expectativa de vida ao nascer (IDHM longevidade), renda per capita (IDHM renda), a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem, ressaltando os dois últimos aspectos (IDHM educação) antes do cálculo final também é realizada a média geométrica.

Conclusão

O conceito de desenvolvimento é bem mais amplo que o do crescimento econômico. O primeiro demonstra a variação na taxa do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), e já no segundo apresenta uma melhoria nas condições socioeconômicas das pessoas envolvidas. O desafio será sempre compreender o significado dessa melhora. Já o debate com os economistas/historiadores, o primeiro em sua grande maioria, são defensores de uma economia clássica, e quantificam que o desenvolvimento com capacidade em produção dos bens/serviços de uma sociedade. Os historiadores são mais preocupados com o processo, como um todo, do econômico, considerando também o social, cultural e o psicológico das pessoas.

Com a industrialização do Vale do Paraíba, constituiu um parâmetro muito importante na elaboração e na reflexão apresentada no artigo. Com o processo de industrialização, observou que nos países em que participaram das revoluções indústrias obtiveram um bom êxito com o desenvolvimento, e a industrialização representou uma ampliação nas atividades econômicas, assim como na Inglaterra, que foi o berço da industrialização, tenha ocorrido com mais dificuldade para os mais pobres, como foi explicado por Marx. No Brasil, o desafio foi até 1930, com a ausência de políticas industriais que consistiu em momentos expressivos de saltos na economia, como: Plano de Metas e o Milagre Econômico, onde foi feita uma substituição da importação e teve forte ligação com os interesses do capital externo – um modelo associado dependente. E assim o Brasil conseguiu sua industrialização, o que provocou uma concentração espacial, individual e também funcional de renda, reduzindo seus efeitos sociais no processo.

Na expansão das atividades industriais no Vale do Paraíba, tornou-se na medida que incorporou sua análise dos fatos na divisão internacional do trabalho, o que caracterizou um período na dinâmica política e também econômica, que condicionou a instalação das atividades indústrias no interior do Estado de São Paulo, e com o contexto da ditadura militar, o que marcou por um acentuado crescimento concentrador na renda combinado com a repressão da política. Com a incorporação desses fatores, permitiu perceber que no desenvolvimento como processo dinâmico, e complexo foi também desigual, que acirrou tanto nas diferenças entre os Estados, as regiões e também as intrarregionais, como é o caso no Vale do Paraíba.

Podemos concluir também que não adianta aumentar o IDH dos municípios do Vale do Paraíba, pois através da comparação estatística é possível afirmar que o IDH e o PIB é alto, pois a maioria das pessoas estão a viver mais, e as pessoas estão a

estudar mais, e também uma minoria estão a ganhar mais e assim as desigualdades sociais estão a persistir (PNUD, 2018).

Referências

ABRAMOVITZ, M. Simon Kyznets 1901-1985. **Publications The Economic Journal**. Oxford, Reino Unido, v. 46, n. 1, p. 241-246, 1986. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0022050700045642>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. São Paulo: Vozes, 1997.

ARRUDA, J. J. de A. **Grande Revolução Inglesa 1640-1780**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CZIMIKOSKI, F. **O PIB reflete o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico**. Florianópolis, SC: EdUFSC, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134839/Monografia%20do%20Fernando%20Czimikoski.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

KUZNETS, S. S. Crescimento econômico moderno: descobertas e reflexões. **Revista Brasileira da Economia**, Rio de Janeiro, RJ, v. 39, n. 2, p. 225-239, 1985. Tradução de Sônia Maria Pinheiro da Silveira. Discurso na conferência da Fundação Nobel proferida por Simon Kuznets, Estocolmo, Suécia, dez. 1971. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/8888/7753>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio – contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira**. Campinas: Fecamp, 1998.

NAIME, L.; CURY, A.; GASPARIN, G.; CUNHA, S.; GLENIA, F. Entenda o PIB. G1, [S.l.], 30 ago. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/pib-o-que-e/platb>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

OUTREACH, H. What is Human Development. **Human development reports**, New York, NY, USA: UNDP Publishing, 2015. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/what-human-development>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

PEREIRA, L. B. **Estado e Subdesenvolvimento Industrializado**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Brasil mantém tendência de avanço no desenvolvimento humano, mas desigualdades persistem**. 14 set. 2018. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2018/brasil-mantem>>.

tendencia-de-avanco-no-desenvolvimento-humano--mas.html>. Acesso em: 03 mar. 2019.

_____. _____. **IDH: conceitos.** c2019. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-desenvolvimento-humano.html>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

_____. _____. **IDHM.** 2010. c2019. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

_____. _____. **Índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro: série atlas do desenvolvimento Humano no Brasil 2013.** Brasília, DF: PNUD, Ipea, FJP, jul. 2013. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2019.

RESENDE Fº, C. de B. **História Econômica Geral.** São Paulo: Contexto, 1991.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico.** Editora Zahar: Rio de Janeiro, 1974.

VAZ, J. P. **Desigualdade Social e Produtividade Social no Brasil de 1960 -2000.** Tese de Doutorado em História Social – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX.** 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Cap. 5, p. 133-135. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-03022010-143611/>>. Acesso em: 07 ago. 2022.

VIEIRA, E. T. & SANTOS, M. J. **Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago/2012, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679>> Acesso em 07 ago. 2022.

VIEIRA, E. T. & SANTOS, M. J. **Industrialização e Desenvolvimento Regional: política do Codivap no Vale do Paraíba na década de 1970 Vale do Paraíba na década de 1970.** Desenvolvimento Regional em debate. v. 2, n. 2, nov. 2012. Disponível em: < > Acesso em 07 ago. 2022.

WEBER, M. **História Geral da Economia.** São Paulo: Centauro, 2006.